

ARTHUR DE SOUZA (INTERINO)
arthursouza.df@cbnet.com.br

Gerenciamento de crise no sistema prisional

A Secretaria de Segurança Pública (SSP-DF) reuniu, nesta semana, representantes das principais forças de segurança em uma reunião para debater a implementação do decreto que estabelece os protocolos de operações integradas, além de regulamentar a atuação conjunta e coordenada dos órgãos de segurança em situações de crise de nível estratégico e operacional. Os protocolos visam consolidar um plano de atuação unificado em ocorrências como rebeliões, motins, tomadas de reféns, fugas em massa e outras situações que representem ameaça à ordem e à segurança das unidades prisionais e socioeducativas.

Divulgação/SSP



Visão fortalecida

Durante o encontro, foram apresentados o cronograma de simulações operacionais conjuntas e os planos de ação para gerenciamento de crises. Os centros de comando integrados funcionarão como núcleos de decisão com acesso a informações em tempo real, imagens de monitoramento e suporte tático. "A reunião marca um novo patamar na política de enfrentamento a crises no sistema prisional, com atuação rápida, técnica e integrada. Segurança pública se faz com planejamento, cooperação e agilidade, e o decreto fortalece essa visão de Estado", afirmou o secretário de Segurança Pública, Sandro Avelar.

Apoio de inteligência

Participaram da reunião representantes das polícias Civil, Federal, Militar e Penal, Corpo de Bombeiros, Secretaria de Administração Penitenciária, Departamento de Trânsito, Secretaria de Justiça e Secretaria de Transporte e Mobilidade. A PF atuará com apoio de inteligência e articulação nacional, especialmente em casos envolvendo organizações criminosas com atuação interestadual ou transnacional.

Reprodução/redes sociais



Apoio ao ex-presidente

Depois que a Procuradoria Geral da República (PGR) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), no processo que investiga a suposta tentativa de golpe de Estado, a vice-governadora do Distrito Federal, Celina Leão (PP), postou uma mensagem de apoio ao aliado político. Em uma foto em que aparece sorrindo ao lado de Bolsonaro, a progressista utilizou a seguinte frase: "Nas horas difíceis, o sorriso sempre renova o nosso dia!".

Audiência cancelada

Estava marcada para hoje, na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados, uma audiência pública para debater as denúncias de assédio sexual envolvendo o deputado distrital Daniel Donizet (MDB). No entanto, o evento proposto pela deputada federal Érika Kokay (PT-DF) foi adiado após decisão do presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), que cancelou as reuniões das comissões permanentes para priorizar as votações no plenário da Casa. Entre os temas agendados, estão o projeto sobre licenciamento ambiental e o uso do Fundo Social para quitar dívidas rurais.

Kayo Magalhães / Câmara dos Deputados



Dimmy Falcão/TJDFT



Reconhecimento

O presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), desembargador Waldir Leônico Júnior, foi agraciado com a Medalha do Mérito Santos Dumont. A honraria foi entregue, ontem, durante a cerimônia cívico-militar alusiva ao vitorioso regresso dos heróis da Segunda Guerra Mundial, na Base Aérea de Brasília. A solenidade também celebrou o aniversário de nascimento de Alberto Santos Dumont, patrono da Aeronáutica Brasileira e considerado o pai da aviação, e o Dia do Veterano da Força Aérea Brasileira (FAB).

Jurisprudência

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), por meio da Coordenadoria de Doutrina e Jurisprudência (CODJU), lançou o *Direito da Criança e do Adolescente na visão do TJDFT*, novo produto da área de jurisprudência do tribunal. A publicação apresenta uma seleção de institutos e teses jurídicas relacionados ao direito da criança e do adolescente sob a ótica do TJDFT. O produto é voltado para quem lida com direito, como juízes(as), promotores(as), advogados(as), servidores(as) da Justiça, estudantes, além de interessados(as) e estudiosos do tema. Ele nasce com o intuito de facilitar a pesquisa temática sobre assuntos que envolvem direitos da infância e juventude.

Exposição

A exposição *Ilustradamente concreto: ressignificando as casas do MPDFT* estreou, ontem, na Promotoria de Justiça de Planaltina e ficará exposta até 16 de setembro. Os visitantes podem conferir 12 obras produzidas pelo servidor e design gráfico Nilton Silva, em homenagem às unidades da instituição. A mostra, que é itinerante e conta com audiodescrição das imagens por meio de QR code, retrata um pouco da história do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) nas cidades. A entrada é gratuita.

Divulgação/MPDFT



Divulgação/MPDFT



Produção de provas

Em uma ação voltada ao aprimoramento da persecução penal, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) promoveu um evento de instrução para policiais do 14º Batalhão da Polícia Militar (PMDF), em Planaltina. O encontro teve como foco a capacitação do efetivo em temas cruciais da atividade probatória com o objetivo de alinhar procedimentos e fortalecer a atuação conjunta entre as duas instituições. Durante o evento, foram discutidos temas essenciais para garantir a qualidade e a legalidade das provas colhidas em ocorrências. Os promotores abordaram a necessidade de uma instrução robusta, com a coleta de provas como vídeos, áudios e depoimentos detalhados.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

SEGURANÇA PÚBLICA

Chamadas falsas sobrecarregam os serviços de emergência no Distrito Federal, consomem recursos públicos e podem atrasar pedidos de socorros reais. Decreto prevê multas entre um e três salários mínimos para o infrator

Trotes afetam ação dos bombeiros

» NATHÁLIA QUEIROZ

Brincadeiras perigosas se seguem atrapalhando o funcionamento dos serviços de emergência no Distrito Federal. O Corpo de Bombeiros Militar do DF (CBMDF) tem atendido, em média, 18 trotes por dia. No total, foram 416 ligações falsas em 2025, de um total de 28.621 atendimentos feitos pelo Centro de Operações e Comunicação Bombeiro Militar.

Apesar de representar 1,5% das chamadas, o número não deixa de acender um alerta. Os prejuízos causados por essas ligações falsas vão muito além do desperdício de tempo. Há um impacto direto no tempo de resposta às ocorrências reais, no uso de viaturas, no trânsito da cidade, na segurança dos socorristas e, acima de tudo, no atendimento a quem realmente precisa.

O tenente Jean Charles, do Corpo de Bombeiros, relatou um caso recente em que a central recebeu uma ligação que denunciava um suposto vazamento de gás em Taguatinga, que seria de grande proporção, o que acabou mobilizando

cinco viaturas, além do apoio de outros órgãos.

"A pessoa relatou um grande vazamento de gás liquefeito de petróleo (GLP) e que a empresa que fazia a manutenção levaria duas horas para chegar no local. A gente teve um transtorno gigante, levou, indiretamente, um impacto no trânsito, porque a gente gera pressão nos veículos da via, além de criar um contexto estressante para todos os envolvidos", contou o militar.

Ele ressalta que, a cada deslocamento indevido, é representado um custo real aos cofres públicos, e o pior, a central de emergências 193 pode ficar sobrecarregada. "Há todo o deslocamento de viaturas, um pessoal empenhado nas ocorrências, sendo que, neste momento, concomitantemente, tinham outras ocorrências", afirma.

No Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu-192), a situação não é diferente. O sistema registrou 2.731 trotes até junho deste ano. O perfil mais comum dos autores das chamadas falsas é formado por crianças que ligam "brincando" ou pessoas que querem apenas conversar. O problema é que, enquanto

uma linha está ocupada por uma ligação sem fundamento, alguém que esteja em uma emergência pode ficar sem atendimento.

Medidas educativas

Diante da gravidade do problema, os serviços de emergência têm adotado uma série de medidas educativas, tecnológicas e punitivas. O CBMDF realiza campanhas frequentes de conscientização, aproveitando entrevistas, visitas escolares, simulações e demonstrações públicas para explicar os riscos dos trotes.

O Samu investe em ações educativas com o público jovem, por meio do projeto Samuzinho. Equipes de profissionais da saúde visitam escolas e ensinam as crianças sobre a importância do serviço, noções básicas de primeiros socorros e os impactos de ligações falsas. Do lado tecnológico, o sistema do Samu 192 consegue identificar números recorrentes. Chamadas repetidas de trote são automaticamente rejeitadas, liberando a linha para quem realmente precisa de ajuda.

Segundo a Secretaria de



Prática de crime

O impacto dessas ações vai muito além de um simples "alarme falso". Segundo o advogado Rubens Pires, trata-se de um crime previsto no ordenamento jurídico brasileiro, que gera prejuízos concretos aos cofres públicos e desestrutura o funcionamento de serviços essenciais.

"Hoje, é cada vez mais comum vermos pessoas utilizando canais oficiais para fazer acusações sem qualquer fundamento jurídico, com o claro objetivo de prejudicar terceiros ou alimentar boatos. Essa prática, além de irresponsável, provoca a mobilização indevida do Estado, causando um dano direto ao erário", afirma Pires.

Entre os possíveis crimes, é possível enquadrar a conduta como falsa comunicação de crime, com pena de detenção de até seis meses ou multa. E em casos mais graves, a conduta pode configurar denúncia caluniosa ou difamação, especialmente quando há a intenção de prejudicar terceiros.

"Estamos diante de um verdadeiro desserviço à coletividade. É preciso reforçar, inclusive por meio de políticas públicas, a ideia de que o uso do aparato estatal deve ser feito com responsabilidade e boa-fé. O mau uso é crime e precisa ser tratado como tal", ressalta o advogado.

Segurança Pública do DF (SSP-DF), o Governo do Distrito Federal editou, em 2023, o Decreto nº 44.427, que prevê multas entre um e três salários mínimos para quem realiza trotes a serviços de emergência.

A Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística (DF Legal) pode aplicar penalidades após a identificação do titular da linha telefônica ou do responsável pela chamada indevida.